

A mercadoria “educação” e seus impactos no Ensino Superior no Brasil

Eixo Temático: GT “9” – Universidade e Movimento Estudantil

Lyra Andrade Barros¹;

Fábio Mansano de Mello²;

Resumo

O presente artigo reside na necessidade de compreender, à luz da mercantilização da educação, as interfaces da precarização do trabalho docente do ensino superior, tendo em vista a flexibilização do modo de produção capitalista. Este artigo é fruto das nossas pesquisas para o trabalho de conclusão de curso de licenciatura em pedagogia que foi realizado no ano de 2021. Trata-se de uma pesquisa realizada em uma perspectiva analítica das categorias totalidade e contradição, construída através do Materialismo Histórico Dialético e tem o intuito de discutir e contextualizar as categorias empíricas: trabalho, educação, mercantilização e precarização no contexto da IES pública no Brasil. Para isto, se investigou e explanou os conceitos de educação-mercadoria, bem como os dados do MEC/INEP para contextualizar o processo histórico que leva à mercantilização do ensino superior, resultando na precarização do trabalho docente.

Palavras-chave: Trabalho. Mercadoria. Universidade.

1. Introdução

A mercantilização, vista desde os primórdios do capitalismo, é um fenômeno ligado diretamente às relações político-econômicas e suas transformações. Com a necessidade de adaptação produtiva do capital no início do século XX, ela adquire uma nova roupagem. As significativas modificações que o mundo do trabalho sofreu ao longo do tempo são marcadas pela crise mundial e, sobretudo, pela reestruturação produtiva imposta pelo sistema do capital. No Brasil, na década de 90, inicia-se o desmonte de políticas sociais sob a perspectiva neoliberal, o qual prioriza a defesa dos interesses do capital e a ampliação do lucro. Amplifica-se o mercado educacional, os caminhos para a privatização e os vínculos

¹ Graduada em Pedagogia (UESB), Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS/UESB). E-mail: lyraandrade13@gmail.com

² Doutor em Memória (UESB). Docente do DCHL/UESB e do PPGMLS/UESB. E-mail: fabio.m.mello@uesb.edu.br

empregatícios, como consequência, se tornam cada vez mais precários. Ao discutir-se os efeitos e as consequências do processo de financeirização e mercantilização da educação no ensino superior da esfera pública, através da análise das informações coletadas nos sites do INEP/MEC, é possível conhecer as transformações e tendências do mercado que invadem cada vez mais os portões do ensino superior; penetram e se expande na realidade do trabalho docente.

1. Metodologia

A presente pesquisa configura-se em uma análise bibliográfica sob a ótica teórica de Marx (2013), Rodrigues (2007), Minto (2014), dentre outros pesquisadores acerca dos conceitos de trabalho, educação e mercantilização. Para análise dos resultados, recorre-se ao Materialismo Histórico Dialético. Tal método explicita que, ao realizar sua atividade prática, o homem transforma a natureza e se constrói, fundamentando, assim, uma ontologia. O conceito de materialismo concerne à produção material da existência humana em uma perspectiva histórica; parte da compreensão de que a humanidade apreende a realidade dentro dos seus condicionantes históricos. O método se qualifica dialético em razão do movimento da contradição que se produz na própria história.

Neste sentido, a realidade analisada pelo prisma do Materialismo Histórico traz consigo seus conflitos, contradições e transformações e evidencia os reflexos do mundo exterior e objetivo vivenciado pelos sujeitos, sendo o ponto de partida de análise do real e do concreto. A análise desenvolvida na presente pesquisa parte da abstração que se caracteriza como capacidade intelectual que permite extrair, de uma totalidade, um elemento e examiná-lo. Para tanto, utilizou-se os conceitos da categoria trabalho-educação como relação dialética que, ao adentrar o modo de produção capitalista e suas conjunturas econômicas, passa a assumir outro papel, torna-se moeda de troca. Dessa forma, a educação, ao se atrelar cada vez mais com o mercado, tornam precárias não apenas a instituição pública de ensino superior mas as condições do trabalho docente.

A partir dos dados levantados e sua relação com os conceitos estudados, foi construído um quadro teórico-analítico ilustrando a presença de tais conceitos na conjuntura do ensino superior, demonstrando a preponderância dos mecanismos da mercantilização na educação.

2. Reformas no Ensino Superior: A educação cada vez mais mercantilizada

No Brasil, a mercantilização da educação superior não é inédita, já que ela se inicia na Reforma Universitária do ano de 1968. A ideia de uma reforma universitária sempre esteve contida desde a fundação das primeiras universidades, tendo por prova a criação da Universidade de Brasília no mesmo ano da aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB promulgada em 1961. “O ‘Plano Orientador da Universidade de Brasília’, apresentado na época por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, continha ideias básicas que depois foram assimiladas pela Comissão que elaborou a Lei da Reforma 5.540, de 1968. (FREITAG, 1986, p. 82).

É notório que o desenvolvimento da educação superior no país, principalmente após a “reforma” de 1968, atuou segundo a lógica de reprodução da heterogeneidade estrutural do capitalismo brasileiro. Ao mesmo tempo, ocorreram empréstimos e cooperação técnica do Banco Mundial. Com o regime militar, tal instituição ampliou de maneira progressiva empréstimos para o Brasil o tornando, nos anos 70, um dos maiores tomadores de recursos, contribuindo para o dinamismo da economia brasileira e o aumento da liquidez internacional. De acordo com Tommasi (1996), o Banco Mundial começou a implementar um conjunto de reformas estruturais nos países endividados que se pautava na concepção mais “adequada de crescimento” liberal, privatista, de abertura ao comércio exterior e ortodoxa do ponto de vista monetário.

Apesar de semear uma concepção de que a educação superior deve estar a serviço dos interesses gerais da sociedade, a universidade idealizada que se acredita necessária e transformadora da realidade social não se concretiza, pelo contrário, tal visão que é defendida por Anísio Teixeira é de um viés burguês na qual se imagina a universidade como um espaço que ao induzir transformações promova acima de tudo o lucro e desenvolvimento do capital.

Iniciativas de uma reformulação no ensino superior foram anunciadas logo após a tomada do poder dos militares em 1964, um período no qual se buscou a internacionalização da economia, o desenvolvimento do país e a expansão industrial. Como importante fio condutor da pesquisa e para a compreensão do fenômeno da mercantilização, é necessário recorrer a dois conceitos criados por Rodrigues (2007) chamados de Mercadoria-Educação (M-E) e Educação-Mercadoria (E-M), os quais são frutos da reprodução do capital (industrial e comercial), em uma tentativa de organização e controle da educação superior.

Há uma convergência geral entre os interesses dos empresários do ensino e dos empresários industriais, que confluem e se materializam, mesmo que de forma às vezes conflituosa, nas ações do Poder Executivo. Tal confluência

alicerça-se no fato de que ambas as formas do capital (capital mercantil educacional e capital industrial) pretendem transformar a educação em mercadoria (mesmo que especial). Isto é, o capital busca, através da transformação da educação em mercadoria, a mediação para a manutenção do seu interesse mais geral – a valorização do valor através da exploração do trabalho vivo (RODRIGUES, 2007, p. 86).

A Mercadoria-Educação favorece o capital industrial por meio da subsunção da educação, especialmente do Ensino Superior, pela ação do Estado, seja como fornecedor ou como agência reguladora, fazendo dos serviços educacionais ferramentas do sistema de produção vigente, transformando as Instituições de Ensino Superior de modo a formarem profissionais adaptáveis ao modo de produção. Têm-se, por exemplo, dois aspectos,

Por um lado, a expansão rápida de profissionais graduados favorece imediatamente o capital industrial, posto que cria um exército de reserva que tende a rebaixar os salários dessa categoria profissional. Por outro lado, se esse exército é constituído por graduados sem as devidas qualificações, isto é, qualidades requeridas pelo processo produtivo, a médio e longo prazo, o capital industrial poderá encontrar sérias dificuldades em seu processo produtivo (RODRIGUES, 2007, p. 7).

De acordo com Lima (2002, pp. 54-55), citado por Rodrigues (2007), é através da abertura do setor educacional aos investimentos privados, a globalização dos sistemas educacionais, das universidades corporativas, do incentivo à educação à distância e das transferências de recursos orçamentários da educação superior à educação básica, que se pauta a mão do mercado e a política na logística educacional acadêmica.

Se, por outro lado, a educação e o conhecimento são encarados como insumos necessários à produção de outras mercadorias, como sói ser no processo produtivo, o capital industrial tenderá a encarar a prática social educacional como uma mercadoria-educação (RODRIGUES, 2007, p. 6).

O capital industrial, com a demanda de mercadoria-educação, irá propor integrações do conhecimento e da educação superior às necessidades do processo produtivo, através das mudanças educacionais e tecnológicas, por meio da intelectualização do trabalho e da demanda do capital pela quantidade e qualidade da educação, traçando um suposto alinhamento dos interesses da classe trabalhadora e da burguesia. Porém, apesar das propostas

dos conteúdos terem se modificado, o interesse por trás da participação do âmbito empresarial jamais se alterou, sendo este o cumprimento das necessidades do capital em sua reprodução em larga escala. A educação e o conhecimento passam a se tornar um equipamento necessário à produção de novas mercadorias, à medida que se expande os profissionais graduados favorecendo o capital industrial, criando um exército de reserva tendendo ao rebaixamento dos salários e obtendo, assim, o sucesso ao potencial de capital humano.

A burguesia industrial, portanto, disfarça seus interesses, colocando-se sempre acima dos adversos interesses da classe trabalhadora. E, com a mudança do conjunto societário e educacional, através do rompimento da civilidade, apresenta-se, então, o cunho economicista e excludente do capital através do capital industrial, construindo a visão de liberdade humana por intermédio de um trabalho frio e egoísta pautado na competitividade. Está, então, formado um dos três *télos* fundamentais da Confederação Nacional da Indústria (CNI): economia competitiva. E, é por meio do discurso reforçado da teoria do capital humano e da universalização das universidades de forma fragmentada, que a mesma demonstra a intenção da submissão educacional à acumulação capitalista, evocando uma relação mecânica, direta e genérica entre o conhecimento e a formação humana na relação educação-desenvolvimento. Como diz Rodrigues, “[...] a lógica acadêmica de gestão universitária está sendo subsumida à teleologia do capital, através da gestão empresarial” (2007, p. 22).

Por intermédio da reforma da educação superior, reitera-se a universidade como preocupada com o mercado de trabalho e o setor produtivo, afirmando que, em termos de avaliação popular, a indústria e a universidade se complementariam. Logo, o mecanismo de adaptação ao setor produtivo é proposto por meio da privatização da manutenção do ensino público, com a ideia de modernização e expansão do ensino superior. Seguindo essa ideia, afirma Sguissardi:

Duas formas de privatização são postas em prática: a) a direta, pelo implemento e subvenção, com dinheiro público, à criação mais ou menos indiscriminada de instituições de ensino superior privadas; b) a indireta, através da criação de fundações de direito público ou privado, numa tentativa de o Estado desobrigar-se do ponto de vista econômico-financeiro com a manutenção do ensino superior e aumentar o seu poder de intervenção (sobre as IES) (SGUISSARDI apud MINTO, 2014, p. 249).

Percebe-se, então, que a lógica do sistema capitalista na educação não está apenas na natureza jurídica das IES. Deste modo, a CNI aponta,

Em primeiro lugar, [...] a necessidade de maior rigor na transferência de recursos para universidades. [...] Em segundo lugar, propugnam-se a identificação e a divulgação dos centros de excelência [...] a partir dos ‘exames de avaliação’. Em terceiro lugar, [...] a criação de incentivos fiscais para promover a canalização de recursos privados para o sistema público de ensino, desde que garantida a participação direta das empresas na decisão sobre o destino desses recursos. Como quarta ação, implementação de programas especiais de alfabetização (português e aritmética) voltados para a força de trabalho industrial efetivamente empregada. A quinta ação, refere-se à flexibilização no regime de dedicação exclusiva à docência. E finalmente, a confederação propõe ações para uma maior integração entre empresas e as universidades (ou centros de pesquisa) (RODRIGUES, 2007, p. 42-44).

A ideia de “modernização da universidade” não passa, portanto, de uma tomada da competitividade como referência pedagógica para a educação do ensino superior, particularmente as universidades públicas. A indústria, dessa forma, responde ao que seriam os novos papéis a serem desempenhados pelo Estado e pela educação superior, possibilidades de uma rápida incorporação do progresso técnico, pois o aumento de produtividade poderia garantir uma participação crescente do Brasil nos mercados mundiais, bem como a expansão do mercado interno (RODRIGUES, 2007, p. 41).

Seguindo essa ideia, o serviço de ensino atua no mercado como empresas com estratégias comerciais agressivas e fins lucrativos, além de melhor estruturadas, no caso das universidades. Nessa perspectiva, o capital é apresentado como uma relação social entre mercadorias, subsumindo a educação às necessidades do processo produtivo do capital industrial. Através de uma iniciativa neoliberalista, a expansão dos negócios da chamada “nova burguesia de serviços”, visando, além do processo de valorização do capital, priorizar os interesses da burguesia industrial, incluindo a política da educação superior às necessidades do processo produtivo. “Daí se impõe a permanente e urgente tarefa para a classe trabalhadora, através de seus intelectuais orgânicos: decifrar o pensamento pedagógico da burguesia industrial ou (continuar a) ser devorado por ele” (RODRIGUES, 2007, p. 31).

Apesar de aparentemente ambas as perspectivas Mercadoria-Educação e Educação-Mercadoria serem complementares, não estão isentas das contradições, presentes entre o capital comercial e o capital industrial, pois cada capital, em particular, tem formas de articular suas distintas propostas de produção, organização e controle da educação superior,

como aponta José Rodrigues, “[...] haverá uma tendência do capital comercial investido em educação, isto é, que comercializa educação-mercadoria, a propugnar “liberdade de ensino” e combater todas as formas de controle estatal” (RODRIGUES, 2007, p. 7).

A concepção de Educação-Mercadoria ocorre na tendência do capital comercial de investir na educação pela necessidade de se valorizar. Desse modo, a chamada “burguesia de serviços” adentra na esfera educacional a partir da compra e venda de serviços educacionais, com os limites sendo estabelecidos por meio da relação entre oferta e demanda, tornando o objetivo da educação valorizar o capital investido, o que Marx (2013) chama de exploração da mais-valia ou de valorização.

Tem-se a exemplificação desse processo através da venda de vagas em cursos de graduação nas universidades privadas. Exemplos mais recentes disso são apresentados em gráficos fornecidos pelo INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) do ano de 2019, nos quais nota-se o crescimento das vagas ofertadas pelas IES privadas, independente da modalidade, seja presencial ou a distância. Segue, abaixo, imagens dos gráficos:

Tabela 1 - Número de vagas ofertadas em cursos de graduação por Modalidade de ensino, segundo categoria administrativa, presencial - BRASIL – 2019

Vagas Cursos de Graduação				
Presencial				
Categoria Administrativa	Total	Vagas Novas Oferecidas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes
Total Geral	6.029.702	3.960.531	13.308	2.055.863
Pública	734.225	548.625	5.151	180.449
Federal	458.861	338.385	2.435	118.041
Estadual	208.656	161.996	1.703	44.957
Municipal	66.708	48.244	1.013	17.451
Privada	5.295.477	3.411.906	8.157	1.875.414

Fonte: Elaborada pelos autores com bases nos dados do INEP / MEC

Tabela 2 - Número de vagas ofertadas em cursos de graduação por Modalidade de ensino, segundo categoria administrativa, a distância – BRASIL - 2019

Vagas Cursos de Graduação				
A distância				
Categoria Administrativa	Total	Vagas Novas Oferecidas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes
Total Geral	10.395.600	7.805.840	87.823	2.501.937
Pública	103.584	71.407	0	32.177
Federal	25.708	21.194	0	4.514
Estadual	19.716	19.017	0	699
Municipal	58.160	31.196	0	26.964
Privada	10.292.016	7.734.433	87.823	2.469.760

Fonte: Elaborada pelos autores com bases nos dados do INEP / MEC

Tabela 3 - Número de vagas ofertadas em cursos de graduação por Modalidade de ensino, segundo categoria administrativa - Total - BRASIL - 2019

Vagas Cursos de Graduação				
Total Geral				
Categoria Administrativa	Total Geral de Vagas	Vagas Novas Oferecidas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes
Total Geral	16.425.302	11.766.371	101.131	4.557.800
Pública	837.809	620.032	5.151	212.626
Federal	484.569	359.579	2.435	122.555
Estadual	228.372	181.013	1.703	45.656
Municipal	124.868	79.440	1.013	44.415
Privada	15.587.493	11.146.339	95.980	4.345.174

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do INEP / MEC

Um plano de estimulação do capital estrangeiro no cenário nacional, apresentado na livre-iniciativa na educação e na remuneração do capital investido na educação através da venda de produtos educacionais é que reitera o conceito de educação-mercadoria. É importante ressaltar que ambos os conceitos são perspectivas da forma como o capital busca valorizar-se e nenhuma das duas formas é isenta de contradições, e as duas maneiras de mercantilização expressam o modelo pelo qual a mercadoria “se materializa no campo da formação humana”.

Como corolário da tendência de tudo ser transformado em mercadoria pela sociedade capitalista, é que se pode entender que os serviços educacionais, como um direito e um bem público, possam ser considerados como uma mercadoria, a educação-mercadoria, objeto de exploração de mais-valia ou de valorização (SGUISSARDI, 2008, p. 1013).

Quando se compra a educação-mercadoria, compra-se um bem que deveria ser dado por direito, substituindo a concepção de cidadania pela ideia de clientela, sendo esta presente nas privatizações dos serviços dentro da Universidade e na compra da mesma.

O neoliberalismo tornou-se assim a pretensa linguagem hegemônica. Apoiase fundamentalmente na necessidade de culpabilizar o Estado e tudo o que remeta ao *público*, numa operação ideológica que, por oposição, serve para afirmar o privado (as “forças de mercado”, a lógica da acumulação de capital). Capturando bandeiras caras a muitos dos “novos movimentos sociais” (Netto, 2000, p. 241), o pensamento conservador instrumentalizou-as, permitindo-se falar e mantê-las num nível apenas abstrato: numa cidadania abstrata, numa democracia abstrata, numa educação abstrata. (MINTO, 2014, p. 305 – grifo do autor).

Desse modo, a burguesia de serviços ocupa uma posição estratégica na política neoliberal. Na década de 2000, a Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas (ABRAFI), resultado de uma articulação das Instituições de Ensino Superior privadas, tinha como principal bandeira a “livre concorrência”. Outra importante entidade representativa do ensino privado é a Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES), que se mobilizou e liderou a constituição do atual Fórum Nacional da Livre Iniciativa (RODRIGUES, 2007).

O Fórum surgiu para se contrapor e entrar na disputa política do processo de elaboração do projeto de “reforma universitária”, reunindo diversas entidades do setor privado, com diferentes pesos políticos e capacidades de representação. Seu horizonte unificador foi a reivindicação de não ingerência governamental nos negócios do setor. Não se tratou de uma recusa ao suporte financeiro estatal, mas da exigência de avanços no processo de desregulamentação, inclusive com a sugestão da criação de uma “agência regulatória independente”, similar aos processos de privatização das empresas estatais (MINTO, 2014, p. 286).

As propostas tecidas pela CNI, a entidade que organiza o capital produtivo, integrando uma estratégia de reestruturação produtiva, privatização de estatais, flexibilização das relações de trabalho, a integração da economia nacional ao mercado internacional, além do fim da indexação salarial às taxas de inflação e da redefinição do sistema educacional brasileiro destoam dos interesses do Fórum Nacional da Livre-Iniciativa na Educação. Em 1996, a Agenda dos Acordos Gerais do Comércio e dos Serviços (AGCS) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) discutiram um ponto polêmico que propunha a desregulamentação dos serviços educacionais, especialmente de nível superior, como se

fossem comerciais. Essa discussão foi antecipada pelo decreto aprovado em agosto do ano seguinte, que reconhecia a educação superior como um bem de serviço comercializável, solidificando a reprodução e acumulação do capital. Um esvaziamento na educação superior é provocado pelo setor privado que, atendendo o desenvolvimento capitalista no país, se organiza de forma crescente na produção de mercadorias.

É necessário entender as relações sociais e o papel que a educação ocupa como mercadoria para compreender as razões pelo o qual a mesma se encontra fragilizada e vulgarizada.

Enquanto o liberalismo clássico, da época da burguesia nascente, propôs os direitos do homem e do cidadão, entre os quais, o direito à educação, o neoliberalismo enfatiza mais os direitos do consumidor do que as liberdades públicas e democráticas e contesta a participação do Estado no amparo aos direitos sociais (SILVA, 1996, p.12).

A faceta neoliberal está na base das “ajudas” do Banco Mundial e das atividades do FMI e corporações. A liberdade se torna desprovida de conteúdo político democrático e se torna liberdade econômica. Liberação das novas tecnologias, do comércio e da privatização. Com tudo isso, a qualidade do trabalho acadêmico padrão se torna industrial.

No Brasil, o fenômeno de mercantilização acentua-se no final da década de 1990, no bojo do processo de globalização e de disseminação das tecnologias de informação, e manifesta-se, conforme salienta Romualdo Oliveira (2009), por meio da oferta direta de cursos (presenciais e a distância), da produção de materiais instrucionais (livros, apostilas e softwares), do surgimento de consultorias empresariais responsáveis tanto pela assessoria de empresas educacionais no mercado financeiro quanto na gestão de recursos ao setor (CARVALHO, 2013, p. 766).

Conforme apontamos, analisaram-se os processos que marcaram a reestruturação produtiva do capital, que passa a conceber a educação como qualquer outro investimento implicando no processo de mercantilização. E é por conta desse processo que as mais diferentes instituições universitárias oferecem os mais variados cursos, materiais instrucionais e consultorias em um vínculo estreito com os mecanismos de mercado. E é pela lógica capitalista que a educação desenvolve sua face mercantil, fazendo com que o setor de serviços venda o ensino. Mesmo após anos, a lei da reforma, feita pela comissão mista do MEC e a

USAID, se reiteram, visto que a roupagem da reestruturação produtiva no século XX se dá pelas novas tecnologias de informação e comunicação, seja por meio do marketing ou do financiamento de pesquisas.

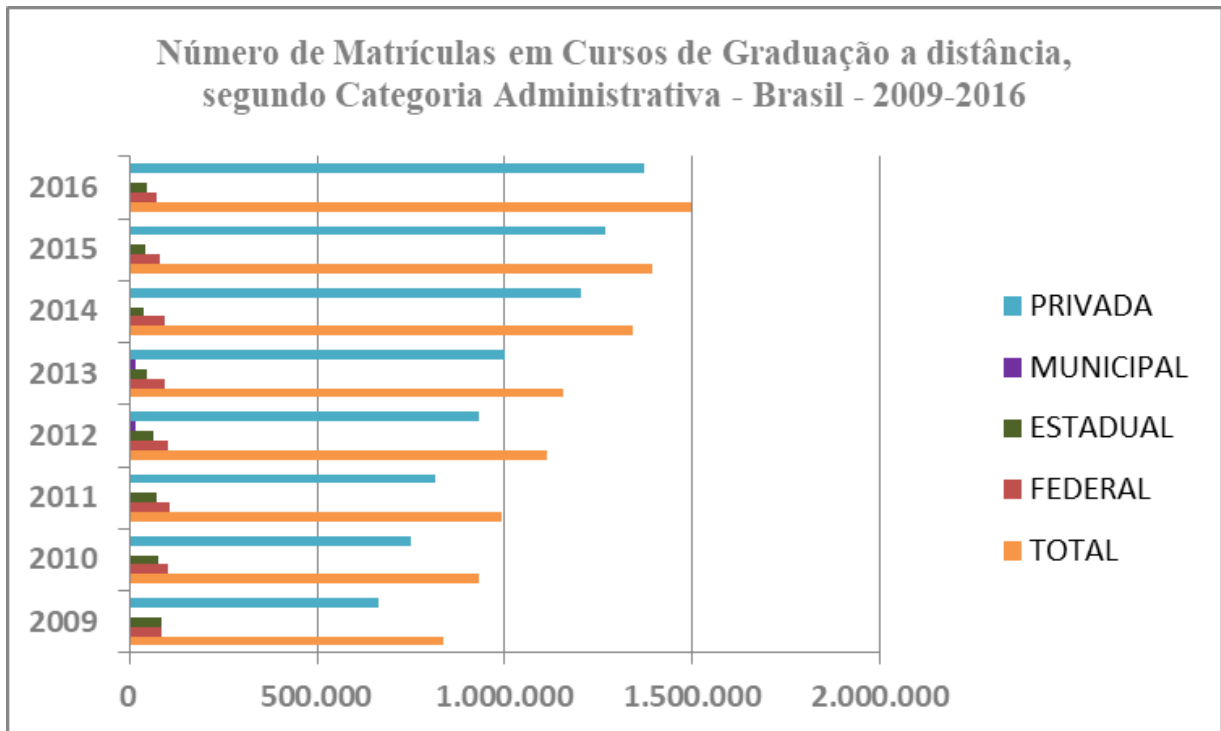
A universidade reformada na perspectiva *usaidiana* deixa de ser essencialmente “coordenadora” passando a ser “ordenadora”, subordinando a atividade intelectual à realidade institucional: agora é a realidade institucional que normatiza a atividade intelectual, conformando um perfil único de pesquisador (LEHER *apud* MINTO, 2014, p. 264).

É pela mercantilização do trabalho docente materializada, que ocorre um crescimento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* pagos. Isso é uma exposição direta das mudanças nos direitos sociais e funções do Estado, como aponta Chauí (1999).

Desde então, a ideia de que a educação deveria ser encarada como “Setor dos Serviços Não-Exclusivos do Estado” passou a orientar a ação do Estado em relação às universidades públicas (nos âmbitos federal, estadual e municipal). Uma consequência prática dessa política começou a ser mais propriamente observada por volta da primeira metade da década de 1990, quando a relação de matrículas em cursos presenciais oferecidas por IES privadas e públicas aumentou bastante em favor das primeiras. Se até a década de 1980 cada setor ficava com 50% das matrículas realizadas, no final da década de 1990 esta relação foi de 70% para 30% em favor das IES privadas (BOSI, 2007, p. 1507).

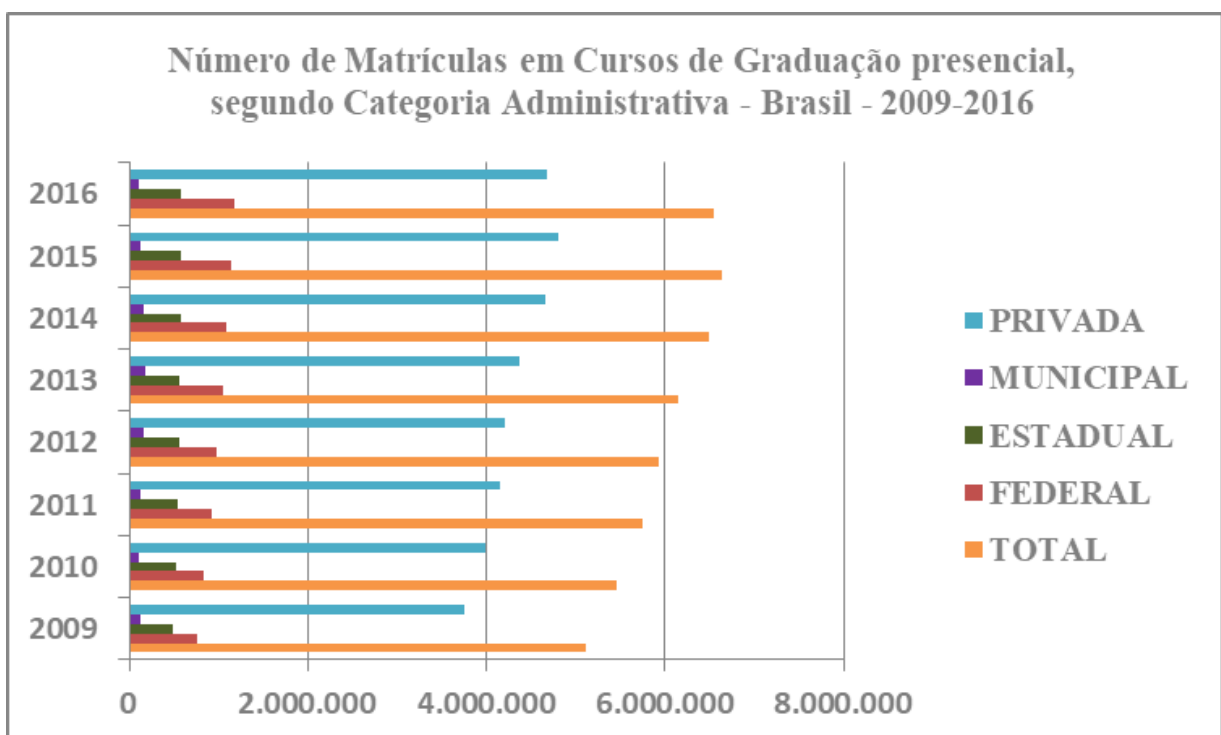
Os números de matrícula das instituições privadas continuam a subir, vide o gráfico do censo do INEP de 2019.

Tabela 4 - Número de matrículas em cursos de graduação a distância, segundo categoria administrativa -
BRASIL - 2009-2016



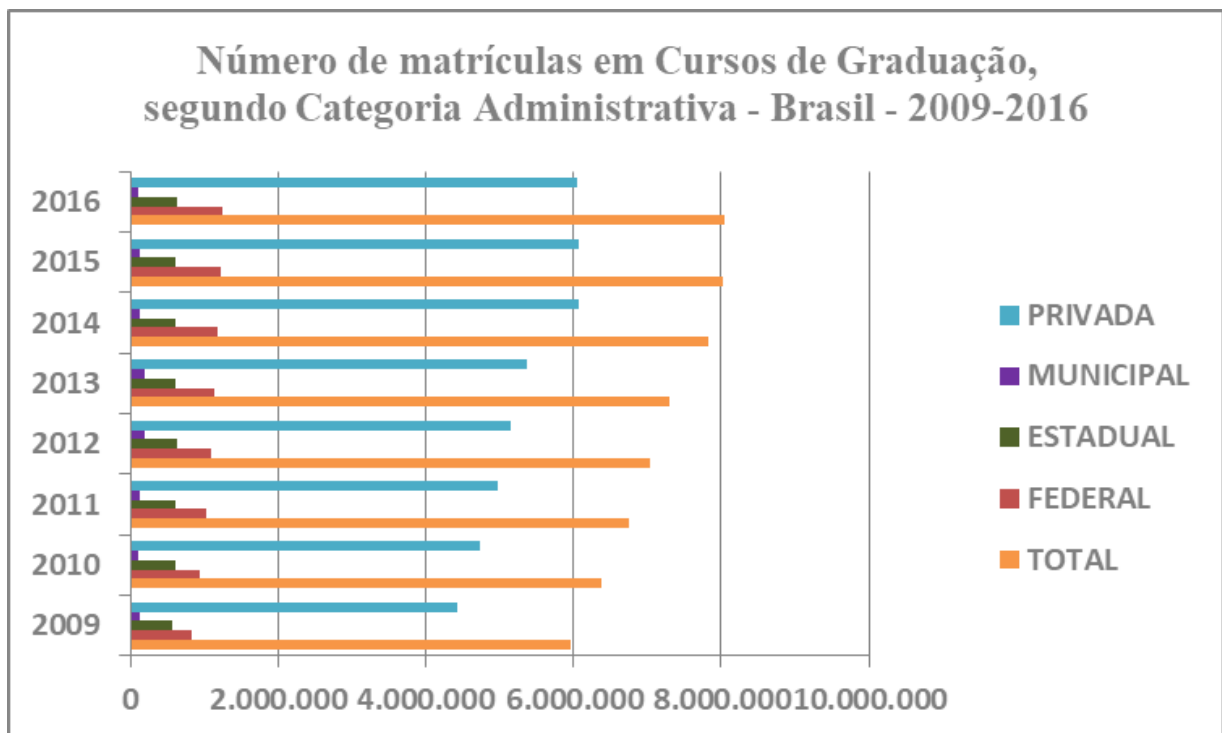
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP/MEC

Tabela 5 - Número de matrículas em cursos de graduação presencial, segundo categoria administrativa BRASIL - 2009-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP/MEC

Tabela 6 - Número de matrículas em cursos de graduação, segundo categoria administrativa - BRASIL - 2009-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP/MEC

A privatização, consolidada do ensino superior, efetiva a mercantilização educacional no Brasil, trazendo por característica a flexibilidade no regime e modificações na rotina do trabalho docente. Formação ou qualificação do trabalhador, tempo livre, exploração de mão de obra, produtividade, são questões no processo de trabalho associada à exploração que se torna legítima à medida que é estabelecido um contrato entre capitalista e trabalhador.

Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva é dado pela própria relação econômica. Aqui, as pessoas existem umas para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias (MARX, 2013, p. 219).

3. Considerações Finais

Com o discurso neoliberal, a educação deixa de ser parte do campo sócio-político e ingressa no mercado funcionando à sua semelhança (SILVA, 1994). A educação recebe um

papel estratégico na ideia neoliberal, na qual, de acordo com Silva (1996), é determinada por três objetivos, sendo o primeiro fazer com que a educação se torne preparação para o trabalho e atrelar a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado e as necessidades da livre-iniciativa, assegurando o interesse empresarial na educação. O segundo é fazer da educação um meio de transmissão dos princípios doutrinários neoliberais reproduzindo a ideologia dominante. E, por último, é fazer da educação um mercado para produtos da indústria cultural e informática, sendo este último contraditório à medida que não hesitam em aproveitar os recursos estatais na divulgação dos produtos (SILVA, 1994) Na lógica neoliberal, tudo se vende e tudo se compra, e a educação mercantil efetiva essa ideia. As bases às quais se organizam o capital retiram uma ideia de educação para o desenvolvimento, fazendo-a servir o modo de produção capitalista e sociedade burguesa. Desse modo, o setor privado contribui para a reprodução da estrutura de classe, transformando o ensino superior em um canal de ascensão. A universidade, antes caracterizada como “fábrica de profissionais” pelo ensino superior particular, passa a ser caracterizada como “fábrica de diplomas” (FREITAG, 1986).

Bosi (2007) afirma que, com as reformas, o capital iniciou uma construção de solução em tentativa de recuperar o lucro, o que culminou em diversos fatores, tais como o barateamento da mão de obra, por meio da reestruturação dos processos de trabalho, sendo este encontrado tanto as IES públicas quanto privadas e de produção de mercadorias e a transferência gradual de serviços públicos para a esfera privada. A educação reitera, assim, seu duplo caráter nas especificidades, na qual, por um lado, permanece voltada para o ensino (mercadoria-educação), tornando-se um insumo dos capitais produtivos através da competitividade e, por outro lado, se materializa no serviço tornando a educação a própria mercadoria (educação-mercadoria).

Os aspectos expressos na precarização do trabalho docente, por intermédio do sistema produtivo-industrial, atingem tanto o ensino superior público quanto o privado. Nas instituições públicas, o número de contratações de professores substitutos é considerável, porém a real precarização reside na intensificação e na produtividade, avaliadas por meio de uma racionalidade técnica, é examinada e contabilizada através da sua adaptabilidade acadêmica, passando a exigir profissionais cada vez mais polivalentes. Desse modo, a educação torna-se a repetição da concepção valorativa que têm as pessoas para o capital, pois, segundo Saviani (2007, p. 428), “[...] a teoria do capital humano foi, pois, refuncionalizada e é nessa condição que ela alimenta a busca de produtividade na educação.” Tal concepção reforça, por exemplo, a quantidade de formação e qualificação do docente como prerrogativa

para empregabilidade, legitimando o exército de desempregados escancarando as contradições do sistema.

4. Referências

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiência.** Washington, 1995.

BANCO MUNDIAL. *Priorities and strategies for education: a World Bank review.* Washington, 1995.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Revista Educação e Sociedade.** Vol. 28, dezembro de 2007.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no século XX.** Editora Guanabara, 2012.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal:** Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **LEI FEDERAL Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: março de 2021.

BRASIL. **LEI FEDERAL Nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm. Acesso em: abril de 2021. BRASIL.

BRASIL. **LEI FEDERAL Nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110973.htm. Acesso em: abril de 2021.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. Brasília, **Revista Brasileira de Educação** v. 18 n. 54 jul.-set. 2013.

DECRETO FEDERAL Nº 6.096, de 24 de Abril de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm Acesso em: Maio de 2021.

FERRAZ, Cristiano Lima. Trabalho docente, precarização e a nova hegemonia do capital. **Revista Universidade e Sociedade**, n. 41, 2008.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & Sociedade.** São Paulo: Editora Moraes, 1980.

GUIMARÃES, André Rodrigues. CHAVES, Vera Lucia Jacob. A intensificação do trabalho docente universitário aceitações e resistências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 31, n. 3, p. 567 - 586 set./dez. 2015.

GUIMARÃES, André Rodrigues. MONTE, Emerson Duarte. FARIAS, Laurimar de Matos. O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira: entre o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília – DF, n. 52, 2013.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007**. Rio de Janeiro, 2007.

Disponível

em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2007_v28_br.pdf

MARX, Karl. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl. **A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista 1848**. 3ª edição. São Paulo: Edipro, 2017.

MARX, Karl. **O capital: Crítica à economia política**. Editora Nova Cultural. Coleção Os Economistas. vol. I, T. I, 1996.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

•••MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

MANCEBO, Deise. Políticas de educação superior no Brasil. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis. SOUSA, José Vieira de. AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Educação Superior: Internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputas**. – 1. Ed. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

MINTO, Lalo Watanabe. **Educação da miséria: Particularidade capitalista e educação superior no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PINTO, Marina Barbosa. LIMA, Sonia Lucio Rodrigues de. CISLAGHI, Juliana Fiúza. Universidade Pública na crise atual. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília – DF, n. 44, 2009.

LEHER, Roberto. Para silenciar os *Campi*. **Revista Educação e Sociedade**, n. 88, 2004.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SANTOS, Luiz Fernando de Souza. Financeirização, contrarreforma e lutas. **Revista Universidade e Sociedade**, n. 60, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. 474p.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Campinas, **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, 2007.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Revista Educação e Sociedade**. [online]. 2008, vol.29, n.105, pp.991-1022. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

SILVA, F. L, ROMÃO, J. E, TRAGTENBERG, M, MARRACH, S. A. **Conciliação, Neoliberalismo e a Educação**. São Paulo, Fundação UNESP, 1996.

SILVA, Tomás Tadeu, APPLE, M., ENGUITA, M. e outros. **Neoliberalismo, qualidade e educação**. Petrópolis, Vozes, 1994.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. SGUISSARDI, Valdemar. SILVA, Eduardo Pinto e. Trabalho intensificado na universidade pública brasileira. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília-DF, ano XVIII, n. 45, jan. 2010.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **O capital e suas formas de produção mercadorias: rumo ao fim da economia política**. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p. 67- 93.

TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

VALE, Andréa Araújo do. CHAVES, Vera Lúcia Jacob. CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Financeirização da educação superior no Brasil. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis. SOUSA, José Vieira de. AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Educação Superior: Internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputas**. – 1. Ed. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

WEISMANN, Moisés & CORSETTI, Berenice. **O Banco Mundial e as políticas para a educação superior no Brasil: um estudo a partir de trajetória dos docentes, da relação**

dos concluintes e da remuneração dos trabalhadores com educação superior (1995/2012). In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis. SOUSA, José Vieira de. AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Educação Superior: Internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputas.** – 1. Ed. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.